

Ir à luta pelo desenvolvimento

SÉRGIO AMAD COSTA

Uma das principais novidades da atual equipe econômica é que ela, pelo menos até agora, não está trabalhando sob planos e pacotes. Isso é muito positivo, pois deixamos de ser cobaias de um grande laboratório, arquitetado sempre pelos novos ministros da Economia para testar suas experiências.

Abandonar a idéia de preparar planos e pacotes já era hora. Pôrém, não se pode exagerar na dose e deixar de lado os propósitos da economia. O presidente Fernando Collor, no início deste ano, lançou à sociedade a seguinte questão: que queremos para o nosso país e como devemos proceder para alcançar os objetivos escolhidos?

Poucos levaram a sério o debate proposto pelo presidente. Muitos não compreenderam que se trata de pensar sobre opções para o desenvolvimento. Isto é, sem definir um caminho, uma meta, os meios e os recursos, certamente a idéia de modernização se torna algo extremamente vago, subjetivo, sem pé nem cabeça.

Vale recordar que o Brasil se industrializou mediante metas bem definidas. Nos anos 1955-60, instituiu-se o modelo de substituição de importações, com o surgimento de núcleos industriais e a formação de mão-de-obra mediante financiamentos públicos e externos.

Entre os anos 1961-63, o padrão de financiamento se esgotou. Como era ele o responsável pela infra-estrutura da base industrial, sua crise resultou em inflação, falências e concordatas. No período 1964-67, para a retomada do crescimento, foram feitas várias reformas (bancárias e administrativas). E, além de alguns investimentos industriais, houve a institucionalização da correção monetária e a criação do sistema de crédito ao consumidor.

Os anos 1968-74 ficaram conhecidos por período do milagre bra-



sileiro. Momento de grande crescimento. Com a estrutura industrial montada nos anos 50 e mediante a reforma do sistema financeiro da década de 60, a indústria se desenvolveu sensivelmente.

No período 1975-79, como efeito do crescimento do País nos anos anteriores, sentiu-se a falta de insumos básicos e da ampliação da infra-estrutura industrial. Preparou-se, assim, o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PND), com o prosseguimento da economia estimulado pelo financiamento estrangeiro, que permitiu atualizar áreas básicas da indústria, como siderurgia e petroquímica.

Ingressamos nos anos 80 e, a partir daí, a economia parou. Momento em que veio a conta dos bancos credores estrangeiros. Começou então um período de ausência de definições para os rumos da Nação. E, por isso mesmo, estagnamos a nossa industrialização. Agora o presidente Collor insiste em que a sociedade aponte o caminho e a meta para a retomada do crescimento. A resposta tem sido praticamente nula.

Ora, faz-se necessário, hoje, que a sociedade adote pelo menos duas medidas. Uma é a de contribuir opinando seriamente sobre quais devem ser os rumos, em termos de desenvolvimento. Ou seja, manifestar-se a respeito da maneira pela qual o Brasil poderá crescer e dar essa resposta ao presidente. Não fazer isso significa aceitar a continuidade do Estado paternalista e fugir da verdadeira responsabilidade de cidadão.

A outra medida implica deixar de lado o pessimismo. Nada se constrói, para valer, quando não se acredita no que se está fazendo. Urge sair desse buraco. É uma vontade generalizada. Portanto, é preciso coragem, determinação e otimismo, pelo menos para se alcançar essa meta. Caso contrário, vamos admitir, estaremos, como covardes, correndo da luta quando a briga mal começou.

□ Sérgio Amad Costa é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FGV-SP.